

CRIME E CASTIGO



Um podcast original da Rádio Novelo

Episódio 6

Roberto Aparecido Alves Cardoso

Branca Vianna: Oi, eu sou a Branca Vianna. Esse é o sexto episódio de *Crime e Castigo* – então se você não ouviu os outros, é bom voltar lá no começo.

Antes de começar, eu queria dar um aviso. Este episódio contém relatos de violência. Então fica o alerta pra quem é sensível a esses temas.

Daniel Assis: Eu preferi nunca chamá-lo pelo apelido, até porque eu não tinha intimidade com ele. Mas é de âmbito familiar, doméstico, né?

Paula Scarpin: Você pode contar? Só curiosidade mesmo, porque não conheço ninguém que tenha um apelido parecido.

Daniel Assis: É... Um tio dele chamou quando ele era garotinho, né?

Branca Vianna: Esse é o advogado Daniel Assis. Ele tava falando comigo e com a Paula Scarpin, da Novelo.

Paula Scarpin: Mas é de altura, de baixotinho, alguma coisa assim?

Daniel Assis: Não me lembro. Mas ele tem uma altura bastante comum, assim, né, para a população. E assim como ele me chamava por Daniel, e não por Dani, eu chamava de Roberto.

Branca Vianna: O Roberto citado aqui é o Roberto Aparecido Alves Cardoso. Ele foi cliente do Daniel entre 2007 e 2015. Mas foi por um apelido que ele ficou conhecido no Brasil todo. O apelido é Champinha.

Âncora Globo 01: Terminou de forma trágica o passeio dos namorados em São Paulo. Eles foram assassinados.

Repórter Globo 01: A polícia prendeu um menor, um rapaz de 16 anos, que confessou o assassinato do casal e indicou onde estavam os corpos.

Repórter Globo 03: ...assassinou Liana Friedenbach e participou do namorado dela, Felipe Caffé. O crime chocou o país pela crueldade com que os jovens foram mortos.

Repórter Rede TV: Em 2006, quando o infrator terminou de cumprir medidas socioeducativas, a Justiça paulista acatou o pedido do Ministério Público Estadual e decretou sua interdição civil, alegando que ele sofre de doença mental grave e que coloca em risco a vida de outras pessoas

Rachel Sheherazade: Como soltar um psicopata, cruel, sem remorso, sem recuperação, que torturou, que estuprou, que matou?!

Âncora SBT Brasil 01: Uma decisão da justiça de São Paulo pode levar à soltura do autor de um crime que chocou o Brasil há quase 18 anos.

Branca Vianna: *Crime e Castigo*, um podcast original da Rádio Novelo. Episódio 6. Roberto Aparecido Alves Cardoso.

Flora Thomson-DeVeaux: Olha, eu acho importante a gente dizer aqui...

Branca Vianna: Flora Thomson-DeVeaux, da Novelo.

Flora Thomson-DeVeaux: ...que esse episódio só existe porque toda vez que eu começava a falar de justiça restaurativa pra Paulinha, ela ouvia... aí vinha com a pergunta: "tá... mas e o Champinha?"

Branca Vianna: Ela é paciente.

Flora Thomson-DeVeaux: Ela é paciente, ela ouve, mas a pergunta não falhava.

Paula Scarpin: A pergunta que não quer calar.

Branca Vianna: Essa pergunta, "Mas e o Champinha?", não é só a Paulinha, né? Muita gente com que eu conversei, gente próxima,

amigos e tal, também me dizia, “Ah, mas e o Champinha?” E mesmo eu dentro da minha cabeça, viu? Não é só dentro da cabeça da Paulinha, não. Mesmo eu, dentro da minha cabeça, ficava pensando nessas soluções todas e lá no fundo da minha cabeça, tava “Pô, mas e o Champinha?”.

Paula Scarpin: Ufa.

Branca Vianna: [ri] Mas por que é que vocês acham que ficou tão marcado, que é sempre assim, todo mundo vai direto no Champinha?

Paula Scarpin: Cara, acho que pra mim, porque eu tenho idade parecida com as das vítimas do Champinha naquele crime, a Liana Friedenbach e o Felipe Caffé, que era o casal de namorados que tava acampando quando eles foram pegos pelo Champinha e os outros caras que cometeram o crime... e acho que marcou muito a minha geração, assim: eu relaciono acampamento com tortura, com estupro, com morte... acampamento virou uma coisa proibida para mim.

Branca Vianna: Eu nunca tinha pensado nessa questão do acampamento. Mas faz todo sentido, porque é um desses crimes que marca a geração, né? Como o assassinato da Ângela Diniz marcou a minha, esse crime do Champinha marcou a tua.

Flora Thomson-DeVeaux: É, nesse caso, se o tema que era mais relacionado com o caso da Ângela Diniz era o feminicídio, a violência doméstica, o tema que o caso Champinha levantou foi o de crimes, sobretudo crimes muito violentos, cometidos por menores de idade. Aí veio toda essa questão da redução da maioridade penal. Porque, enfim, como a gente comentou aqui no segundo episódio, quando a gente falou do Rafael, do filho da Mônica Cunha, o sistema de justiça para crianças e adolescentes corre em paralelo ao dos adultos. Não é o mesmo.

Branca Vianna: Porque lembrando que os menores infratores, feito o Rafael, filho da Mônica, ou o Champinha, eles não vão pra cadeia. Eles vão para um órgão especial, que em São Paulo chama Fundação CASA, aqui no Rio chama DEGASE, e cada estado tem o seu. E lá o negócio é que eles podem ficar internados por no máximo 3 anos, ou então até completarem 21. Essa é a sentença máxima, acho que nem chama sentença.

Flora Thomson-DeVeaux: Medida socioeducativa.

Branca Vianna: É diferente da cadeia.

Paula Scarpin: É, e o Champinha, ele tinha 16 anos quando ele

cometeu o crime... quer dizer, ele ia ficar no máximo 3 anos preso de qualquer jeito, porque 3 anos é o teto. Mas se ele fosse um pouquinho mais velho, se ele tivesse cometido o crime com 18 anos... enfim, não dá pra saber quanto tempo ele teria, mas um dos caras que cometeu o crime junto com ele pegou uma pena de 124 anos. A gente sabe que é no máximo 30, porque também tem um teto no dos adultos, mas a pena era muito alta.

Branca Vianna: A gente escolheu não contar aqui os detalhes de como o Champinha e os comparsas dele torturaram e mataram os dois jovens que tavam acampando. Esse é um crime super conhecido, você consegue encontrar muito material sobre ele na internet, a gente não quis entrar nesse assunto.

Porque o nosso foco aqui é pensar o seguinte: qual é a melhor resposta que a justiça pode dar pra alguém que comete um crime desses quando é menor de idade?

E para tentar chegar nessa resposta, a gente conversou com algumas pessoas que acompanharam esse caso de perto. Uma dessas pessoas é o Ari Friedenbach, que é o pai da Liana, a menina que foi morta pelo Champinha.

Branca Vianna: A morte da tua filha já foi muito noticiada, amplamente coberta, a gente não precisa tratar disso aqui. O que a gente queria saber era do teu ponto de vista, o que que você achou das consequências pros criminosos? Porque eles foram encontrados, eles foram julgados, foram condenados e foram presos, né? Pegaram penas bastante altas e... O que que ficou disso pra você, nessas três posições: como pai, como advogado e como político, porque depois você entrou na política, né?

Ari Friedenbach: Bom, vamos por partes, então. São vários aspectos. Primeiro como pai, e aí eu... Assim, nesse aspecto, é difícil de falar ainda hoje, tá? Por incrível que pareça, são quase 20 anos e pega pesado ainda hoje, pra mim, isso. Não tem dia que eu não penso na minha filha. Então é difícil.

Branca Vianna: Fala só o quanto você quiser, tá, Ari? Se você não quiser falar sobre, assim, não tem problema nenhum.

Ari Friedenbach: Não, eu falo numa boa, sim. Veja, eu não me incomodo de falar desde que vocês não se incomodem com a minha emoção.

Branca Vianna: Nem um pouco, não. Faz o que você quiser, do jeito que você quiser.

Ari Friedenbach: Eu não me incomodo de falar, mas é que mexe. Eu me sinto, como pai, em termos de justiça, eu acho que tudo que a

justiça brasileira podia fazer, foi feito. No caso específico do crime cometido contra a minha filha, a justiça funcionou, e eu acho que é uma super exceção, tá? Não acho que o sistema funcione pra qualquer pessoa. Acho que funcionou porque a Liana era uma menina bonita, de olhos azuis, de classe média alta. Porque Lianas morrem todos os dias, na periferia, todo dia isso acontece e nada... a justiça não acontece. E tentando ir pra última parte da pergunta, a questão política...

Branca Vianna: O Ari Friedenbach foi eleito vereador em São Paulo em 2012 e cumpriu mandato de 2013 a 2016.

Ari Friedenbach: ... entrei na política pra tentar melhorar um pouquinho tudo isso que eu estou falando. Eu tinha planos de chegar a deputado federal pra poder mexer especialmente com a questão do menor infrator, que é uma questão que me preocupa demais, da forma que se lida com isso no nosso sistema, especialmente, o Estatuto da Criança e do Adolescente, que eu acho que, apesar de ser uma lei bastante comemorada mundialmente, eu acho que tem falhas muito graves, precisaria ser revista em alguns pontos, mas que não se revê...

Branca Vianna: O fato de o Champinha ser menor de idade quando ele cometeu o crime reacendeu a discussão sobre a diminuição da maioridade penal no Brasil.

Aquela briga famosa entre o Bolsonaro e a Maria do Rosário, aliás, começou por causa disso.

Jair Bolsonaro: Pega esse estuprador que matou esse casal em São Paulo e leva pra dirigir o carro da tua filha! E ela ficou revoltada...

Branca Vianna: E o Ari se viu no centro do debate. Só poucas semanas depois de ter perdido a filha.

Ari Friedenbach: Veja: antes de acontecer essa história com a minha família, eu, nunca, nem tinha parado pra pensar nessa questão, não é da minha área jurídica, eu sou advogado cível... depois que aconteceu o crime, num primeiro momento eu fui cooptado por políticos malandros de Brasília, que logo me levaram para Brasília para eu apoiar a ideia da redução da maioridade penal...

Flora Thomson-DeVeaux: Como é que foi esse contato?

Ari Friedenbach: Eu, logo depois do crime, fui convidado pra ir pra Brasília e fui pelas mãos do Senador Magno Malta, aquele maluco lá do Espírito Santo...

Branca Vianna: Pra quem não conhece ou não tá ligando o nome à pessoa, o Magno Malta foi senador de 2003 a 2019. Ele também é pastor evangélico e cantor. Mas ele ganhou um espaço especial na mídia durante a campanha do Bolsonaro pra presidência. Chegou a ser cotado pra vice e tudo.

Ari Friedenbach: Magno Malta me levou lá e...

Magno Malta: Sr. Presidente...

Ari Friedenbach: 10 minutos depois que eu cheguei no gabinete dele, ele me pegou pelas mãos, literalmente, falou: "Vamos à mesa da presidência do Senado protocolar uma proposta de emenda constitucional com o nome da sua filha". E eu fiquei super emocionado, imagina você, né, ter uma proposta de emenda constitucional com o nome da sua filha.

Magno Malta: A presença do Dr. Ari nessa Casa, pai da jovem Liana...

Ari Friedenbach: Fiquei super honrado, só que eu não tinha a menor ideia do que constava naquela proposta de emenda constitucional.

Magno Malta: Cumprimento o Sr. Ari, em nome do meu Partido e deste Parlamento, por estar se tornando símbolo dessa luta...

Ari Friedenbach: E aquela proposta dele propunha de reduzir a idade penal pra 12 anos, e eu estava lá, entendeu? Como o homem da propaganda da redução da idade penal pra 12 anos, naquele momento e, naquele momento de choque, eu estava, sei lá, talvez duas semanas após a morte da minha filha, eu estava lá apoiando essa ideia, e num primeiro momento estava achando que era esse o caminho mesmo, e aí comecei a dar um milhão de entrevistas, comecei a ser procurado por toda a imprensa. Né? Você vive um turbilhão de emoções, de questionamentos...

Branca Vianna: O Ari ficou preocupado. E decidiu estudar o assunto mais a fundo.

Ari Friedenbach: Comecei a debater com psicólogos, psiquiatras, juristas, criminalistas, e aí eu comecei, realmente, a me aprofundar seriamente, e eu, e aí comecei a ver que não era esse o caminho, e aí eu mudei completamente de posicionamento...

Branca Vianna: Pra começar, o Ari tomou consciência dos vários problemas do sistema penitenciário brasileiro.

Ari Friedenbach: A nossa justiça funciona? Não, a nossa justiça não funciona. Porque eles podem ficar trinta anos presos e vão sair,

obviamente, piores do que entraram. O nosso sistema é uma coisa dantesca, né? A gente não tem uma prisão, a gente tem masmorras no Brasil. Ninguém sai recuperado do nosso sistema prisional, e isso é gravíssimo, gravíssimo.

Branca Vianna: Só que essa mudança de lado teve uma consequência inesperada pro Ari. Com isso, ele passou frustrar as expectativas de quem tava vendo ele como um aliado na luta por penas mais rígidas pros menores infratores.

Ari Friedenbach: Isso me custou muito sangue, suor e lágrimas, porque as pessoas acham que é uma aberração eu, tendo passado o que eu passei, ser contra a redução da maioridade penal. Tomei muita porrada por causa disso, mas eu sou, realmente, radicalmente contra a redução da maioridade penal. Acho uma enorme aberração, a experiência mundial mostra que isso não é solução, tá? Muitos países reduziram e depois voltaram atrás porque ficou claramente demonstrado que isso não reduz a violência entre menores de idade.

Branca Vianna: Depois de mergulhar fundo no tema, o Ari chegou a uma proposta pro encaminhamento dos menores infratores.

Ari Friedenbach: Eu construí um projeto muito sólido com todo esse monte de informações, de profissionais, que, na verdade, pega cada caso individual e vê a consciência do menor que cometeu o crime, a sua idade, as condições familiares, ou seja: individualiza o caso pra poder buscar a punição adequada... na minha proposta, se, digamos, tá? Um exemplo: um jovem de 16 anos que tenha cometido um homicídio, que tenha consciência absoluta do ato praticado, ele deve, sim, responder pelo ato praticado, dentro das leis do código penal, com reduções proporcionais à sua idade, num presídio administrado pela Fundação CASA, separado tanto dos menores, como dos maiores. Não é um presídio comum, deveria ser uma unidade prisional para menores. É gravíssimo isso, é gravíssimo, mas ele tem vida pela frente, então ele tem que ser recuperado pra poder voltar.

Branca Vianna: Quer dizer: na proposta do Ari, é importante diferenciar os menores infratores que cometeram crimes violentos dos que cometeram crimes mais leves. O Ari desenhou essa proposta em 2014, e tentou conseguir apoio na Câmara Federal – mas o projeto nunca saiu do papel.

Mas tem um detalhe nesse projeto do Ari Friedenbach que chamou a nossa atenção. No projeto dele, mesmo os menores que cometessem crimes muito violentos iam ser soltos um dia, iam voltar pra sociedade, certo?

Mas e o Champinha?

Daniel Assis: Quando o Roberto completou três anos e meio de internação na FEBEM/Fundação Casa, ele tem uma fuga facilitada...

Branca Vianna: Aqui é, de novo, o Daniel Assis, que atuou como defensor do Champinha. Essa "fuga facilitada" que ele tá falando é quando um preso consegue fugir com a colaboração de algum funcionário do centro de detenção. Essa foi a suspeita nesse caso.

Repórter Globo 04: Champinha e um adolescente usaram uma escada que, segundo o diretor da unidade, era de uma obra e ficou esquecida do lado de dentro do muro. Às seis da tarde dessa quarta-feira não havia nenhum monitor e nenhum vigia de muralha prestando atenção nos dois. O cenário perfeito para a fuga.

Branca Vianna: O Champinha fugiu da Fundação Casa com outro rapaz em maio de 2007. Ele já tinha completado 21 anos, mas ainda não tinha sido liberado porque uma avaliação psiquiátrica constatou que ele era perigoso demais pra viver em sociedade.

Na época da fuga, a Lenice Silva Caffé – mãe do Felipe, o namorado da Liana – deu uma entrevista pra o site G1. Ao contrário do Ari, ela se disse a favor da redução da maioridade penal, e disse o seguinte:

“Eu quero saber quantas famílias ele tem que destruir mais para ir para cadeia. Com Champinha na rua, todas as meninas correm risco, e meninos, porque ele é um assassino”.

A polícia conseguiu encontrar ele 11 horas depois da fuga. Nesse meio-tempo, a discussão sobre o que fazer com o Champinha voltou à tona. Tinha uma pressão forte da opinião pública pra ele não ser solto.

Paula Scarpin: No primeiro episódio, quando a gente falou com a Mausy, ela disse que não acreditava que os caras que mataram o filho dela num assalto pudessem ser recuperados. Parece que esses casos com requintes de crueldade, eles acabam pondo em xeque a ideia de que todo crime pode ser tratado pela restauração, né, sem encarceramento...

Flora Thomson-DeVeaux: Pensando só dentro da justiça tradicional brasileira, o que diferencia as penas dos presos – enfim, não tem nenhuma diferença de tratamento, é o mesmo castigo pra todo mundo, o que é diferente é o tempo que cada um precisa passar dentro da cadeia. Só que, no caso da justiça pra menores infratores, enfim, o sistema socioeducativo, esse prazo tem um teto, né, de até 3 anos. A gente tá falando em 2022. O Champinha não vive em liberdade há 18 anos, quer dizer... como ele foi preso aos 17, logo depois do crime, ele já passou mais tempo da vida dele preso do que

solto.

Branca Vianna: E se ele tá lá há mais de 18 anos, isso é raro até no sistema dos adultos, é raro que alguém fique mais de 18 anos preso, porque a pena máxima no país é 30 anos, mas tem um monte de atenuantes, se um preso tiver bom comportamento no primeiro terço da pena, ele pode passar pra regime semiaberto, pra condicional e tal... então é difícil a pessoa ficar 18 anos preso, como ele tá.

Paula Scarpin: Só que é aí, nesse momento da fuga da FEBEM, que o caso do Champinha muda de figura, né. Agora o debate não é mais só sobre a maioridade penal no Brasil – quer dizer, uma proposta de mudança de legislação que passaria a valer pra outros casos futuros – é sobre o que fazer com o próprio Champinha. Ele já tem 21 anos, né, quando ele foge, ele pode ser posto em liberdade.

Branca Vianna: É nesse momento, quando ele faz 21 anos, que é instaurado um novo processo. No caso, um processo de interdição civil com internação psiquiátrica.

Ari Friedenbach: E o Estatuto da Criança e do Adolescente não prevê, em nenhum tópico, o que se faz com um menor que seja identificado com distúrbios mentais. Como não há nenhuma previsão legal nisso, então ele é colocado com todos os demais e isso não só é perigoso pra ele, como pra todos os outros menores.

Branca Vianna: Na verdade, existe, sim, um artigo no Estatuto que prevê tratamento individual para menores com doenças ou deficiências mentais. E normalmente isso é utilizado como atenuante. Mas o Ari tá falando sobre menores cuja avaliação indica periculosidade. Ou seja, que esse distúrbio mental configuraria um perigo.

Ari Friedenbach: No caso do Champinha, foi feita toda uma acomodação legal, ou uma acochambração, usando uma expressão não tão jurídica, pra manter ele à parte da lei, à parte da sociedade. Ele tá isolado porque ele foi interditado civilmente. Ele não está nem mais... Não é uma questão de ECA mais, né? Ele tá maior de idade, isolado, porque ele foi interditado pelo Estado, mas foi toda uma acomodação jurídica. A gente precisava ter um aparato judicial que dê, realmente, cobertura pra uma situação como essa.

Branca Vianna: Nesse caso específico dele, é como se ele estivesse em prisão perpétua, né?

Ari Friedenbach: Exatamente, é um tipo de prisão perpétua. Porque ele não tem condições de ser colocado em liberdade, ele é de extremo risco pra sociedade, os laudos todos apontam que ele tem enormes probabilidades de reincidência, se colocado em liberdade.

Agora, o que a gente não pode é ter acomodações jurídicas, precisa ter uma lei clara: "Olha, num caso desses, se faz dessa maneira".

Branca Vianna: Eu perguntei pro Ari se ele não achava que essa acomodação jurídica toda não tinha mais a ver com a opinião pública do que com os laudos.

Ari Friedenbach: Olha, eu acho que, na verdade... às vezes, eu tenho um pouco de receio de estar respondendo como pai, e não só como advogado e cidadão, tá? Mas eu acho que...

Branca Vianna: Mas é difícil separar, né?

Ari Friedenbach: É, é um pouco difícil pra mim, mas acho que ele, sim, é perigoso pra sociedade. Não sei o quanto você leu aí, mas, assim, ele já tinha cometido crimes anteriormente. Era um caso que, se a gente tivesse uma estrutura estatal sólida, ele não teria matado a Liana. Ele teria, já, anteriormente, sido separado pra um tratamento adequado, encaminhado, anteriormente, pra não cometer um crime tão bárbaro, então, eu acho que precisaria ter se pensado em como encaminhar as coisas de forma adequada, pra que não se faça acomodações. Não só ouvir o clamor popular...

Branca Vianna: Com essa "acochambração jurídica", como disse o Ari, o Champinha foi parar nessa Unidade Experimental de Saúde – que era uma novidade no sistema penal brasileiro. Com a mudança de status do caso, o Flávio Frasseto, que tinha sido o defensor do Champinha durante todo o processo dele até ali, ia deixar de atuar no caso. E ele procurou a ONG em que o defensor Daniel Assis trabalhava.

Daniel Assis: E ele diz: "Olha, eu não devo atuar mais no caso porque a medida se extinguiu e ele foi para uma unidade nova. Então se vocês tiverem interesse na defesa de direitos dele..."

Branca Vianna: O Daniel topou o desafio, e o defensor Frasseto propôs então de levar ele pruma visita à Unidade Experimental de Saúde, pra se encontrar com o Champinha pela primeira vez.

Daniel Assis: As portas de entrada necessariamente como uma penitenciária, com trancas, cadeados enormes, três, quatro portas, e agentes penitenciários para abri-las e fechá-las...

Branca Vianna: A Unidade Experimental de Saúde fica na Vila Maria, zona norte de São Paulo, encostada na marginal Tietê.

Daniel Assis: O que me chamou muito atenção, muito, é que mesmo diante dessa familiaridade com as unidades da FEBEM, eu nunca havia visto uma unidade como aquela. Uma unidade completamente asséptica, sem uma mosca morta no chão, sem uma bituca de

cigarro, sem paredes sujas, banheiros não utilizados ainda... E uma unidade com uma área grande para a quantidade de jovens que era prevista. E sobretudo uma unidade que, da noite para o dia, se propôs a mudar o seu público na prática, sem estar isso descrito numa norma, num ato administrativo do governo do Estado, dizendo: agora ela muda de finalidade, público-alvo e tudo mais.

Branca Vianna: Essa Unidade era destinada a rapazes que precisariam de um acompanhamento de saúde mental.

Daniel Assis: Ainda que tenha sido portanto criada assim, foi inaugurada a partir da entrada do Roberto. Não havia nenhum jovem lá. Ele já era adulto, não mais cumpria medida socioeducativa, mas ela foi utilizada para contê-lo. Afinal, o clamor público pedia sempre um novo lugar e uma nova modalidade punitiva de contenção de um jovem como ele.

Branca Vianna: Quer dizer: a unidade foi criada especialmente pra atender o Champinha. Não tinha, e continua não tendo nenhum outro lugar como aquele. É um caso único no Brasil no tratamento de jovens infratores: um espaço que mistura características de penitenciária com hospital psiquiátrico.

Daniel Assis: Policiais militares na porta e ao mesmo tempo uma ideia de humanização do cuidado, casas com quarto, sala e cozinha...

Branca Vianna: Foi numa casa dessas que o Daniel encontrou o Champinha pela primeira vez.

Daniel Assis: Então a gente chega na quadra, encontra Roberto e família, e vai para a casinha onde ele estava há alguns dias e onde ele ficou. Então chegamos lá, o Flávio fez a ponte, a mediação, gerando um voto de confiança, né, dada a delicadeza do caso. E a partir daí eu passei a visitá-lo uma vez ao mês pelo menos ao longo dos cinco, seis anos de contato com ele.

Branca Vianna: Quando você foi lá ele estava sozinho ainda, ou os outros jovens já tinham chegado também?

Daniel Assis: Estava sozinho. Eu tinha ido vinte dias, acho, depois que ele chegou, e ainda estava só.

Branca Vianna: Ele continuou numa casa sozinho ou tem outras pessoas que moram na mesma casa?

Daniel Assis: Então, são cinco casas, cada uma a princípio abrigaria seis a oito jovens. E pela unidade experimental, no fim das contas, quando ela mudou a sua finalidade por lá passaram, até hoje, cerca

de treze, quinze jovens no máximo. Ou seja, média de menos de um por ano. E aí aos poucos foram trocando, o Roberto é o único - é o primeiro que entrou e quem hoje ainda está lá. Acho que hoje tem cinco. Cinco ou seis.

Branca Vianna: A unidade foi inaugurada pra abrigar até 40 jovens de uma vez – e o Daniel tá falando aqui pra gente que no máximo 15 passaram por lá no total, desde que o Champinha chegou, em 2007. Será que, nesses anos todos, só 15 jovens no estado de São Paulo inteiro precisaram de acompanhamento de saúde mental?

Eu perguntei pro Daniel qual era o diagnóstico que justificava a permanência do Champinha naquele espaço.

Daniel Assis: O Roberto teve quatro diagnósticos atribuídos a si. De retardo mental leve para moderado, distúrbio dissocial, transtorno de personalidade antissocial, mas nada disso se sustenta, na nossa narrativa de defesa.

Durante toda a internação dele, na verdade tem que haver avaliações psiquiátricas para ratificar a internação, né? Ou para dizer: “não precisa mais”. Agora, vários começaram a surgir de 2010 para cá dizendo: "olha, ele não tem nada, não tem um tratamento medicamentoso que funcione, trata-se aí de uma privação sociocultural".

Branca Vianna: Privação sociocultural. Que que é isso?

Daniel Assis: A privação sociocultural a que eles se referiam, os peritos, era um estado de vida de baixíssimo acesso às políticas públicas. Com o que a gente concordava, e é fato, milhões de jovens periféricos passam por isso. E em função disso, tem um cotidiano muito precário, por vezes promíscuo, segundo eles, entre o que lhe faria bem, o que não lhe faria bem, os efeitos de suas escolhas, as companhias que ele tinha e a falta de bens, dinheiro, lazer.

Branca Vianna: Como o Daniel mesmo disse, milhões de jovens brasileiros crescem então sob "privação sociocultural". E a gente não tem milhões de Champinhas.

Quer dizer: a gente não duvida que as condições muito precárias em que ele cresceu podem, sim, ter sido um gatilho pras escolhas ruins que ele fez, e que acabaram levando ele a cometer aqueles crimes bárbaros.

Mas não dá pra radiografar o cérebro de alguém e saber se essa pessoa tem jeito, se ela vai voltar a cometer crimes ou não. Então existem laudos contraditórios. Tem laudo dizendo que ele tá normal, tem laudo dizendo que ele é muito influenciável, tem vários laudos constatando retardo mental. E tem também laudos dizendo que ele não

sente remorso e age no impulso, que não tem como controlar e portanto não tem como reformar. Só prendendo mesmo.

Pra defesa, isso só ajuda a confirmar o argumento de que essa detenção "perpétua" na Unidade Experimental de Saúde serve principalmente pra acalmar o tal "clamor popular" que não quer ver o Champinha na rua.

Hoje, o Daniel tá em Brasília e não acompanha mais o caso. Mas ele acha que a mídia tem uma boa parcela de culpa na manutenção do Champinha nesse limbo jurídico. Porque o Champinha não cometeu esse crime sozinho. Mas ele era o único menor de idade do grupo.

Daniel Assis: Tinha adulto ali que já tinha passagem pela polícia, já tinha outras histórias, obviamente não tão graves quanto essa mas que dificilmente seriam suscetíveis e vulneráveis a um mando de um adolescente de 16 anos. Porque essa foi a narrativa, no início foi: "Champinha foi mandante, organizou, coordenou e executou". Quer dizer, tudo isso foi determinante para essa história do Roberto. De modo que o Roberto foi elevado, né, a um personagem algoz, da sociedade de bem, ou contra ela.

Branca Vianna: Esses adultos que cometeram crime junto com ele já foram soltos, né? Ou não?

Daniel Assis: Esses adultos... eu não consegui mais mapear. Até uns anos atrás, dos quatro que foram condenados, que eu me lembre, três haviam progredido de regime. Depois eu não sei. Como faz 17 anos, embora as penas tenham sido altas, provavelmente tenham progredido de regime, no mínimo, senão já vivendo em liberdade.

Branca Vianna: Quer dizer: muito provavelmente os maiores de idade que foram comparsas do Champinha no assassinato do Felipe Caffé e da Liana Friedenbach já tão em liberdade... e, seguindo a lei brasileira, o Champinha já devia estar em liberdade desde 2007.

Eu perguntei pro Daniel onde ele acha que seria o lugar ideal pro Champinha estar agora.

Daniel Assis: O lugar ideal é o lugar onde ele pode ter uma proteção com vínculos de afeto.

Flora Thomson-DeVeaux: Quer dizer: o Daniel acha que o Champinha não devia tá preso, o Ari acha que ele devia ficar preso pro resto da vida... mas os dois concordam que o caso dele é uma gambiarra jurídica.

Paula Scarpin: Uma gambiarra que só existe por causa da pressão

da opinião pública, né?

Branca Vianna: Pois é, acontece que tem tanto crime bárbaro que acontece o tempo todo aqui no Brasil, por que que a gente se importa tanto com esse específico que aconteceu há quase 20 anos?

Juliana Borges: O Champinha, ele é uma exceção, né?

Branca Vianna: Essa é a Juliana Borges. Ela é escritora e pesquisadora de política criminal e relações etnicorraciais. O livro mais conhecido dela chama "Encarceramento em Massa".

Juliana Borges: O que a gente tem feito, é que a gente tem criminalizado a partir das exceções... né? A gente tem um modelo padronizado de punição a partir de exceções, né? Vamo pensar na população prisional, né? São mais de 600 mil pessoas em situação prisional. A maioria delas não estão presos por atentados contra a vida... né? É uma parcela muito menor.

Branca Vianna: A última pesquisa nacional do Infopen, de 2019, mostrou que de mais de 700 mil pessoas no sistema prisional, em torno de 80% estavam ali por furto, roubo, ou tráfico. Quer dizer: os assassinos são a minoria na cadeia. Assassinos que mataram com traços de perversão, como o Champinha, são a minoria da minoria.

Só que esses casos têm mais apelo na mídia, e têm impacto nacional. E, como a gente viu com a história do Ari sendo cooptado pelo Magno Malta, muitas vezes os políticos se aproveitam da comoção pra emplacar saídas superficiais e eleitoreiras – quer dizer: saídas sem nenhuma base em estudos confiáveis de segurança pública. Por isso, acabam não dando em nada, nem a curto, nem a longo prazo. A criminalidade é um problema grave do Brasil, e tem muito especialista estudando soluções. Como diz a Juliana, legislar pela exceção claramente não tá dando certo.

A Fernanda Rosenblatt, que já tem cadeira fixa aqui no *Crime e Castigo*, falou com a gente sobre isso.

Fernanda Rosenblatt: Eu não posso desenhar uma política criminal com base na raiva que eu sinto de um caso que eu fiquei sabendo. Mas é assim que é feita a nossa política criminal. Quando é que homicídio qualificado se torna crime hediondo? Quando Daniella Perez morre. E a galera da Globo vai pra rua e pede pra...

Branca Vianna: A Fernanda tá falando do assassinato da atriz Daniella Perez em 1992. Pra quem não lembra do caso – que ficou famoso – a Daniella tava no ar na novela das 8 quando ela foi assassinada. Quem matou ela foram o ator que fazia o par romântico dela na novela, o Guilherme de Pádua, e a então mulher dele, a Paula Thomaz.

A mãe da Daniella, a Glória Perez, que era autora da novela, liderou o movimento pra transformar os homicídios qualificados em crimes hediondos. Quer dizer: crimes que são considerados como de extrema gravidade e, por isso, recebem um tratamento diferente e mais rigoroso – como a impossibilidade de fiança, por exemplo.

Fernanda Rosenblatt: Isso diminuiu o índice de homicídios qualificados no Brasil? Não. E é isso uma pergunta que eu acho que a gente tem que começar a fazer: eu quero satisfazer a minha raiva, eu quero retribuir? Ou eu quero que isso não aconteça mais? E eu acho que política criminal tem que ser desenhada para que essas coisas não ocorram mais, ocorram menos, parem de ocorrer. A gente não pode seguir aumentando o rol de crimes hediondos, aumentando a punição, enrijecendo o tipo de ação penal, retirando cada vez mais voz de agressor e vítima, e os crimes aumentando, os crimes aumentando. Tem alguma coisa errada. Tem alguma coisa que não bate. Não precisa a gente ser especialista para ver que tem alguma coisa errada. A gente está aumentando a lista de crimes hediondos, a gente está legislando mais, a gente está criminalizando mais e está aumentando o índice de feminicídio. E não está aumentando só porque agora existe a palavra feminicídio, não. Está aumentando porque está aumentando mesmo.

Branca Vianna: A tentativa de se baixar a maioria penal, depois que a Liana e Felipe foram mortos, é outro exemplo disso que Fernanda tá falando. Diminuir a maioria penal não ia resolver a violência, e ainda ia fazer a população carcerária aumentar radicalmente dentro dos presídios já superlotados.

Aqui, de novo, a Juliana Borges.

Juliana Borges: Se a gente for pensar esses... casos de serial killers, de assassinos contumazes, né? Elas não vão refletir sobre esses crimes simplesmente com o fato da gente colocá-las numa cela... né? Não se reflete sobre esse crime, não se há uma discussão sobre as consequências desse ato, sobre o que ele significa, então... nesse marco que eu sempre acabo questionando esses modelos que a gente tem, punitivos, né?

Branca Vianna: Parece mesmo um beco sem saída. Mas no caso do Champinha, então, a solução seria só soltar ele?

Ari Friedenbach: O Champinha, se ele sair de onde ele está, eu chuto, aqui, eu acho que ele não dura uma semana na rua, de tanta gente que quer matar ele.

Branca Vianna: Aqui, de novo, o Ari Friedenbach. Esse é mais um ponto em que ele e o Daniel Assis concordam.

Daniel Assis: Fato é que se ele sai na Marginal ele morre, se ele sai, vai para Embu-Guaçu, ele morre. Quer dizer...

Paula Scarpin: Deixa eu só fazer um parênteses aqui, porque eu não sei a cara dele. Tem gente que sabe a cara dele na rua? Ou gente que monitora o caso a esse ponto de ele ser reconhecido?

Daniel Assis: Olha, é... Monitoram muito, né? Eu uma vez consegui dentista para ele, a duras penas, numa dessas investidas com um juiz novo que chega na vara de Embu-Guaçu, fala: "Olha, ele precisa cuidar dos dentes, tal".

Branca Vianna: Foi montada toda uma operação pra levar o Champinha no dentista. E ele teve que ir de viatura, claro.

Daniel Assis: Da porta pra fora é camburão. E aí com algema. Chega no consultório dentário de bairro que eu consegui, com algema. O dentista ficou assim, "nossa, gente". E os clientes ali, né? Moradores do bairro. E um policial com uma metralhadora ficou na soleira da porta do consultório, não foi nem da porta do estabelecimento, foi do consultório. Um pé dentro da sala do dentista e um pé na recepção.

Branca Vianna: O tratamento era coisa pra várias consultas, e o Champinha chegou a ir no consultório dois dias.

Daniel Assis: No terceiro, eu cheguei, sempre chegava mais cedo, ia, acompanhava, né? Marcava antes sempre para ver se estava tudo bem na redondeza, e tinha um carro de uma TV, não lembro qual. Aí falei, "Ih, já era. Carro da TV aqui a essa hora". E aí um cara ali esperando, o outro para fora do carro, preparando filmadora. Numa boa, assim, não estava à paisana, estava profissionalmente transparente aquilo. Já era. E dito e feito, não dava para interceptar, só me restou quando o camburão vem numa avenida, Itaberaba, ali na zona norte, eu paro o trânsito, vou na frente do camburão e falo, "Não, dá a volta porque não vai parar aqui". A primeira exposição seria do dentista, o consultório, ia ser apedrejado daquele dia em diante. E não ia dar certo o atendimento, não ia ter condição nenhuma. Então aí eu me joguei na frente, foi uma cena meio cinematográfica, que pelo menos surtiu o efeito, o motorista do camburão falou, "Não, eu tenho que parar aí, é ordem, é ordem". "Não, mas... você não tá entendendo", expliquei toda a repercussão que poderia ter aquilo, o efeito nocivo. E aí eles foram embora e a TV ficou ali. Aí expliquei, "Olha, vocês perderam a viagem, não vai ter mais nada e aí pronto".

Branca Vianna: Em 2021, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo chegou a fazer um pedido à Justiça pra impedir que menores diagnosticados com deficiência intelectual sejam internados na Unidade Experimental de Saúde. E isso foi aceito pela juíza. O que pode ser uma brecha pra liberação do Champinha. E o Daniel não tem dúvidas de que a notícia ia circular que nem rastilho de pólvora.

Daniel Assis: O processo corre em segredo de Justiça, né? Como é que um profissional na unidade experimental fica sabendo no dia? Ah, tem um profissional que vai liberar a saída dele, tá. E o endereço? Ah, o motorista do camburão tem que saber o endereço. Bom, só aí a gente já tem um nível de circulação de informação que rapidamente, bom, enfim, não se sabe, mas vaza. O cartório de Embu-Guaçu vazou algumas vezes a informação do processo dele. E vazar a imagem não é difícil. Três anos atrás, quatro, sei lá, passou no Fantástico, né, alguma imagem dele regando plantas. Claro, distante e tal, mas se ele sair, algum funcionário da unidade pode vender a muito bom preço uma foto atualizada da imagem dele. Então não é difícil, né?

Branca Vianna: Quando ele ainda cuidava do caso, o Daniel chegou a fazer um apelo a um ministro do Superior Tribunal de Justiça pra que o Champinha tivesse o direito de ser esquecido.

Daniel Assis: Ele tem direito de não ter a imagem veiculada, atualizada o tempo todo. É para o próprio processo terapêutico, para o próprio processo de autonomia, de construção de novo processo de vida, né? É... E aí tentei isso, mas o ministro nem deu bola. Mas fato é que-- é... é uma questão importante. Se ele não é esquecido, não tem saída, nem fora nem dentro.

Paula Scarpin: A gente sabe que quem se envolve com o caso a ponto de ter "sede de vingança" – de tá disposto a ir atrás do Champinha quando ele sair da cadeia – é uma minoria minúscula... a maior parte do público faz juízo de valor, claro, mas acaba consumindo esses casos quase como entretenimento, ou tipo um exercício moral.

Branca Vianna: Como assim?

Paula Scarpin: Esses casos que ficam famosos – eu até escrevi uma matéria sobre isso na Piauí, focado no caso da Elize Matsunaga, que justamente chamava "Um crime célebre"... era esse o título da matéria – eles acabam ajudando a gente a testar as ideias que a gente tem do que é crime, do que é justiça...

Flora Thomson-DeVeaux: Que nem o que a gente tá fazendo aqui, no *Crime e Castigo*.

Paula Scarpin: Exato. É, a gente sabe que é difícil falar só no plano teórico, na letra fria da lei. Quando cada caso ganha corpo, nome, voz... fica mais fácil de a gente entender a complexidade de tudo.

Branca Vianna: E no fim, é isso que a Justiça Restaurativa propõe, né? Quer dizer, olhar caso a caso.

Juliana Borges: Eu acho que esses processos de restauração, de reparação, eles... eles minimamente, é... vão fazer com que as partes sejam escutadas, né? De alguma maneira, eu acho que a diferença, entre o modelo punitivo e o modelo restaurativo, é que o modelo punitivo ele vai buscar a culpa, e o modelo restaurativo, ele vai buscar a cura... né?

Branca Vianna: Aqui de novo a Juliana Borges. E sim, é esse olhar pra "quem tá sofrendo", pra cura, pra reparação que foi o que fez a gente se encantar com a justiça restaurativa. Só que, lembra? Pra acontecer o círculo restaurativo, todos os lados têm que querer...

Ari Friedenbach: Eu nunca vi, de frente, nenhum dos criminosos e nem o Champinha. Eu não os vi na frente e não quero nunca ver, porque se eu ver, eu acho que, talvez, a minha atitude não seja a melhor possível. Assim, eu não sei, eu estou supondo. Eu acho que eu voaria no pescoço do cara. Eu nem sei, pode ser que não, pode ser que eu ficasse com medo, eu não sei qual seria a minha reação. Do medo ao ódio, tudo pode acontecer, mas eu, realmente, não sei, pode ser que eu... Realmente estou supondo, eu nunca me vi e não quero me ver nessa situação.

Branca Vianna: Não seria nada que fosse trazer alguma coisa de bom pra você.

Ari Friedenbach: Mas nada, exatamente. Nada de bom ele ia me trazer. Eu não tenho essa curiosidade: "Ah, por que que você fez isso?". Eu quero que você se foda. Eu acho que, assim, a melhor coisa pra ele, se ele quiser ficar vivo, é ficar preso. Mas assim, eu não posso, assim... Porque, da minha cabeça, talvez pra alguns de idiota, se eu matar o Champinha, eu sou um outro Champinha, eu sou tão bandido quanto. Entendeu? É "olho por olho, dente por dente", sabe, assim? É um lixo igual, na minha cabeça é isso.

Flora Thomson-DeVeaux: O Ari não quer ficar de frente com o Champinha. E nem dentro da mesma família tem consenso, tipo: a Olívia, irmã do Alex Schomaker, aqui do episódio 1, ela queria ter a chance de falar com os assassinos do irmão. E a Mausy, que era mãe

do Alex, não quer. Quer dizer, a Justiça restaurativa tá longe de ser uma solução "one size fits all", quer dizer, "tamanho único", serve pra todo mundo, né?

Branca Vianna: É, e além de todos os fatores de subjetividade, tanto das vítimas e ofensores e também dos próprios facilitadores, como a gente viu no episódio passado... tem a questão do volume, né? Do número, da massa de gente. Eu tenho muita dificuldade de imaginar como seria a justiça restaurativa aplicada como regra aqui no Brasil.

Flora Thomson-DeVeaux: Vendo aqui no relatório de 2021 do CNJ, que é o Conselho Nacional de Justiça, só em 2020 foram quase 2 milhões – de novos casos criminais.

Paula Scarpin: Nossa, 2 milhões de novos casos, fora os que já tavam tramitando. É, mas dá pra imaginar que uma justiça nos moldes restaurativos seria mais prática se os tribunais não estivessem abarrotados de gente indo presa por coisas menos graves, né?

Juliana Borges: Se a gente for pensar no universo de pessoas que estão presas por roubo... né? Que, no sistema prisional, em geral, isso representa 23%, mais ou menos, né, das pessoas que estão em situação prisional... estão presas por... por furto e roubo, né? Grande parte tá presa por furto... né? Então, assim, por que essas pessoas que não atentaram à vida de ninguém têm que responder no sistema prisional? Por que não pode ser um sistema alternativo... né?

Branca Vianna: E aí tem o caso de um tipo de crime que enche as prisões brasileiras: os crimes relacionados a drogas.

Juliana Borges: Que, no caso de mulheres, né, 60% delas estão presas por associação ou por tráfico... né? É a segunda tipificação responsável pelo aprisionamento de homens no Brasil, né? A gente precisa questionar o sistema de leis, e a gente começa a questionar, a quem tem servido as prisões, assim, né? Primeiro, a questão é: qual é a régua para definir o que pode ser considerado legal e o que vai ser considerado ilegal? A gente não conhece muito bem os efeitos de determinadas coisas, então vamos proibir, né, vamos proibir relações, vamos proibir atos... é uma sociedade muito baseada no tabu, né? E a discussão que a gente faz, principalmente nessa perspectiva de que o racismo é estrutural, de que essas desigualdades são estruturais, é que na verdade se criminalizam algumas substâncias com o objetivo de criminalizar alguns grupos sociais, né? Não tem nenhum dado científico pra você criminalizar maconha, né? Era conhecido como "pito do pango", e era utilizado, majoritariamente, por pessoas negras

escravizadas no Brasil. Então, você vê que a motivação, na verdade, é de criminalização de uma parcela da sociedade e não necessariamente a partir de um estudo aprofundado, clínico, sobre os efeitos dessa substância nas pessoas. Então esse modelo, ele não acaba com o tráfico... prender não diminui a criminalidade... a gente vê com os dados. Prender não diminui consumo de substâncias, prender não acaba com a venda dessas substâncias, né? Então... é um pouco nesse sentido que vem toda essa reflexão, pra fazer um link mais objetivo, assim, de exemplos concretos com abolicionismo penal, porque muitas vezes me questionam: "ah, é muito bonito no papel, né? Mas na prática, por onde a gente começa, né? A discutir isso".

Branca Vianna: A Juliana Borges se identifica como "abolicionista penal". Eu não sei se você já ouviu esse termo antes, mas a ideia é essa, mesmo: a de acabar com as prisões. Porque, veja bem, se elas não só não estão ajudando a reabilitar, como estão deixando as pessoas piores... Pra que encarcerar tanta gente?

Mas já senti você aqui com um pé atrás. A gente nem precisa evocar o Champinha pra já pensar em motivos pra criminalizar certas condutas, né?

Juliana Borges: Essa é sempre a pergunta que me fazem: "Ah, você é abolicionista penal, que legal, nada é crime, e tatatá... e se matarem alguém?", [ri] "Quê que você faz?"... Em casos de estupro... né?

Branca Vianna: O que a Juliana explicou pra gente é que o abolicionismo penal não é um projeto fechado. Não é uma medida que vai fechar todas as prisões da noite pro dia. E nem tem um consenso preciso sobre o que esse abolicionismo seria. Ele é mais um horizonte, um movimento. Ele é um mundo no qual a gente pode chegar.

Então ela não tem resposta pronta pra como lidar com essas ofensas mais violentas. Mas enquanto a gente não chegar lá, tem muita coisa que dá pra fazer pra tornar o sistema menos pior.

Juliana Borges: Não dá pra dizer assim: "Olha, é isso e ponto final". "Não, se existir um homicídio, a gente vai resolver desse jeito, né, e... e vai estar tudo certo". Porque, uma das propostas do abolicionismo penal é justamente que a gente precisa horizontalizar mais os nossos processos, então, hoje, a gente tem uma justiça criminal que é altamente vertical, com operadores do Direito, muitas vezes, que não têm relação com as populações que são afetadas por essa política, e o abolicionismo penal, ele vai propor um processo alternativo que significa envolver mais as comunidades. Então, a gente vai ter mesmo que, ah... "ah, não dá pra avaliar caso a caso, né?"... por quê que

não dá? Né, porque cada caso tem suas nuances. Então, as soluções também vão ser diferentes... né? Acho que a gente tentar padronizar faz com que a gente escute menos ofensores, escute menos ofendidos... e com isso, a gente acabe aprofundando esses conflitos e não resolvendo.

Branca Vianna: O abolicionismo seria um jeito não de ignorar danos, mas de restaurar de fato.

Juliana Borges: Porque o abolicionismo penal, muita gente acha que abolicionistas penais defendem que: uma pessoa comete um ato ilícito, ela vai ficar livre e nada vai acontecer. E eu sempre digo que o abolicionismo penal -

Branca Vianna: É por causa do termo, né? O termo...

Juliana Borges: É...

Branca Vianna: ... "abolicionismo penal", cê diz, bom, o abolicionismo penal quer acabar com as cadeias. E aí, o pensamento seguinte é: bom, quê que a gente faz?

Juliana Borges: É, exatamente... E aí, a gente sempre fala: "não, existe responsabilização". Existe responsabilização, reparação, restauração, né? Esses são processos importantes e fundamentais no abolicionismo penal... né? Então, não significa que, ah, uma pessoa furtou algo de outra... Então, ah... houve um ofensor e um ofendido. Não significa que a gente vai solucionar isso dizendo: "Ah, não, foi só um furto, deixa pra lá [ri], vamo seguir a vida!", não é isso. Vai haver uma responsabilização, mas essa responsabilização não precisa ser a prisão.

Branca Vianna: A gente começou essa série questionando a necessidade do castigo. Mas o abolicionismo penal toma isso como ponto de partida e vai um passo além.

Juliana Borges: A prisão, ela funciona, e ela funciona pra quem, né? E essa pergunta me levou a questionar o que é crime também, né? Como que a gente define o que é crime? É natural que algo seja crime, ou existe uma construção pra um ato ser considerado crime? E a gente vai ver que é uma construção política. Então, se crime é uma construção política que envolve debate da sociedade, é elástico o conceito de crime, né? Porque tudo depende do que a sociedade acha que é crime ou não, então, a gente já considerou capoeira crime. Hoje, é considerado um patrimônio brasileiro, né? Tem dados históricos, né, de que no século XIX, por um período... como as mulheres negras, ali, escravizadas, elas eram as quituteiras, né? Elas

meio que dominavam o comércio da cidade de Salvador, a gente teve decretos municipais proibindo a... que mulheres negras fossem comerciantes, né, donas de comércio. Então, uma atividade considerada crime, também, né? Baseada no quê, né? Tem um estudioso que eu gosto muito, que é o Nils Christie.

Branca Vianna: A Fernanda Rosenblatt já tinha recomendado o Nils Christie aqui pra gente. A referência tá lá no site.

Juliana Borges: Ele tem um livro que eu adoro, que chama "Uma Quantidade Razoável de Crime". E ele que faz essa formulação que eu acho incrível de falar assim: "crime não é nada e crime é tudo..." Como o crime é relacional, ele é modular, em cada sociedade, coisas diferentes vão ser consideradas crime, então... se crime pode ser tudo, crime também pode não ser nada, então, a gente pode esvaziar totalmente essa necessidade de crime.

Branca Vianna: Esvaziar nossa necessidade de crime. Será que a gente consegue?

Juliana Borges: Hoje, a gente... quando há algum delito, a gente acha que é o Estado que tem que resolver. Então, existe um promotor público que é... né, o Estado processando uma pessoa por um delito que ela cometeu. E o processo de restauração, ele tá dizendo que não é só isso, né? Não é lavar as mãos, falar, "não, agora o Estado resolve pra gente". A gente vai ter que se envolver nesse processo, né? A gente vai ter que pôr a mão na massa, a gente vai ter que ouvir todos os lados, também, né? A gente não vai poder só ouvir o lado que nos acalanta, né? A gente vai ter que ouvir o lado que nos incomoda, a gente vai ter que lidar com incômodos. Um dos princípios do processo restaurativo é a voluntariedade, então... A gente tá disposto a esse processo?

Flora Thomson-DeVeaux: Onde eu fico batendo cabeça é nesse abismo entre a teoria e a prática. Sabe, o Iluminismo estabeleceu o modelo de crime e castigo que a gente conhece, mas o problema é que as leis, que eram pra valer pra todo mundo, não valem. E a reabilitação não reabilita. E cada reforma pode ser linda na teoria, como a justiça restaurativa... mas o problema é que a gente vive na prática.

Paula Scarpin: É um caso de "de boas intenções o inferno tá cheio", né, em looping. Ou nem isso, né, porque teve muitos usos do sistema prisional que foram motivados pelo racismo, pelo machismo, tudo que cê possa imaginar.

Branca Vianna: A questão é que com essa última tentativa de

reforma que a gente vem olhando, a da justiça restaurativa, a gente tem umas pseudociências, uns misticismos que vão embaralhando a percepção pública do negócio. E aí eu fico me perguntando assim: se já tá dando essa confusão toda na prática, será que a teoria tem alguma chance de dar certo?

Flora Thomson-DeVeaux: E a mesma dinâmica no nível legislativo, porque a gente vê muita lei que é feita não com base em estudos a nível populacional, mas em reação a casos horríveis isolados.

Branca Vianna: É, o que a gente tá vendo as pessoas dizerem pra gente é que é importante levar em conta cada caso específico, né, você não tratar todos os casos como se fossem iguais. Mas ao mesmo tempo você tem que ter leis que abarcam todos os casos. E, sei lá, essa lei tem que ter espaço para que haja soluções mais criativas, mais customizadas, que atendam mais àquele caso específico... A gente aqui tentou ver essas histórias individuais porque a gente sabe que são as histórias individuais que pegam, que engajam, que engajam o ouvinte e que engajam a gente. Mas tem as verdades que são verdades individuais e tem as verdades que são coletivas. E a verdade coletiva é que a gente tá num país com centenas de milhares de pessoas presas, uma das populações carcerárias maiores do mundo, num sistema que tem muito de herança da escravidão, onde tanto o crime quanto o castigo atingem principalmente pessoas pretas e pobres, e enquanto isso o discurso nacional fala do Champinha.

Paula Scarpin: E ao mesmo tempo, isso não invalida a dor de quem perdeu uma pessoa assassinada, por exemplo. Fico com a sensação de que a gente precisava daqueles óculos bifocais, sabe? De conseguir enxergar os casos com todas as nuances num plano, e o quadro maior, estrutural, ao mesmo tempo.

Flora Thomson-DeVeaux: E dá pra pensar numa solução que contemplasse isso. Se várias coisas fossem descriminalizadas, como, enfim, drogas – isso já tira um monte de gente do sistema.

Paula Scarpin: Com certeza.

Flora Thomson-DeVeaux: Furtos poderiam ser tratados de um jeito que não a prisão. Pá: mais um monte de gente que deixa de sobrecarregar o sistema. E com os recursos que a gente deixa de gastar com a manutenção de gente enjaulada, daria pra ter um acompanhamento mais individualizado dos casos mais sérios. Sei lá, isso nem é tecnicamente abolicionismo penal, acho que a

Juliana chamou de direito penal mínimo, assim, de você manter um sistema penal pra um mínimo de casos. Mas pelo que entendi, acho que poderia ser também um passo na direção do abolicionismo. Fico pensando a toda hora se eu tô realmente “pensando fora da garrafa” e nunca sei.

Paula Scarpin: Não é fora da caixinha, é fora da garrafa. A gente podia tentar pensar de uma perspectiva restaurativista. Assim: quais são os danos com os quais a gente tá vivendo até hoje? O que a gente tem a ganhar ao nomear, dar nome pra esses danos, ao encarar esses danos? Pra lembrar a imagem da Olivia Fürst, que fez sucesso entre a gente lá no episódio 1: o que que a gente ia descobrir se a gente pegasse numa fralda e sentisse bem o cheiro do cocô da sociedade?

Branca Vianna: A gente começou tudo isso com o nosso incômodo com o punitivismo, né, das pessoas pedindo pena de morte, prisão perpétua, essas coisas, que a gente ficou espantada mesmo, né, surpresa. A gente não esperava. Mas eu, [ri] eu, francamente, depois de, sei lá, um ano e meio e mais todos esses episódios, e agora com mais mil outras coisas depois de ouvir as histórias, de ler tudo que a gente leu, a minha impressão é que eu sei menos do que eu achava que sabia sobre todos os conceitos que a gente tocou. A gente falou em justiça, vingança, culpa, responsabilidade, reparação... sabe? Mas a verdade é que apesar de eu realmente sentir, de verdade, que eu agora sei menos do que sabia lá atrás, quando a gente começou tudo isso, é que essa sensação é uma sensação boa. Na verdade, eu me sinto melhor assim. Porque todas as minhas certezas foram explodidas. Mas eu acho que a gente erra mais quando a gente tem muita certeza.

Flora Thomson-DeVeaux: Enfim, acho que nenhuma história que a gente contou tem um final propriamente feliz, então seria estranho que o podcast todo também tivesse um.

Branca Vianna: Basicamente, a gente só espera que você continue pensando. Pode parecer pouco, mas é muito.

Branca Vianna: *Crime e Castigo* é uma série original da Rádio Novelo realizada com recursos do Instituto Betty e Jacob Lafer e da Oak Foundation.

Pra ver conteúdo adicional, pegar as referências que a gente mencionou ao longo da série e ver transcrições dos episódios, nosso site é radionovelo.com.br/crimeecastigo.

A idealização, a pesquisa, e a apresentação são minhas, da Flora Thomson-DeVeaux e da Paula Scarpin.

O roteiro é da Ludmila Naves e do Lucas Calmon.

O André Emídio colaborou com a pesquisa.

A Juliana Jaeger é a gerente de estratégia, e a Marcelle Darrieux é a nossa gerente de produção. O Guilherme Alpendre é nosso diretor executivo.

A produção é da Mari Faria.

A checagem, da Marcella Ramos.

A edição é do Lucca Mendes.

A sonorização é da Júlia Matos e da Paula Scarpin, e a mixagem é da Pipoca Sound.

A música original é do Pedro Leal David.

A FêCris Vasconcellos cuidou da coordenação de estratégia, e as redes sociais e relacionamento são da Bia Ribeiro e do Eduardo Wolff.

A identidade visual é da Elisa Pessoa e o design gráfico é do Mateus Coutinho.

O nosso site foi desenvolvido pela Paula Carvalho e pela Amanda Gedra.

A gente gravou no Estúdio Rastro no Rio, no Estúdio Carranca em Recife, no estúdio Gota Sonora em João Pessoa, e com o apoio do Gustavo Zysman em São Paulo.

Nossos transcritores pra esse episódio foram Pedro Gutman, Nino Bloch, e Nathália Athayde.

Agradecimentos especiais para Júlio Barroso, Grasi Gomes, Egberto Penido, Leoberto Bracher, Ana Karine Almeida, Bruna Angotti, e todos nossos entrevistados que compartilharam suas histórias e perspectivas com a gente.

Eu sou a Branca Vianna. Esse foi o *Crime e Castigo*. Obrigada por ouvir.